

CEDI	EDUCAÇÃO POPULAR E ESC. POPULAR
documentação	
N.º	YS/D00025
Data	28/11/90

1

ALAIN TOURAINE E A PRODUÇÃO DA SOCIEDADE

Elie Ghanem

Ocorreu uma enorme inflexão no pensamento sociológico com a reflexão desenvolvida por Alain Touraine. Os lineamentos teóricos fundamentais dessa contribuição encontram-se sistematizados em *Production de la société* (Paris, Editions du Seuil, 1973), infelizmente ainda sem edição em língua portuguesa. Trata-se de uma obra à altura de compreender a sociedade, uma vez que atualiza esse esforço diante das características mais presentes das condutas sociais, fornecendo um sofisticado conjunto de categorias analíticas a partir das quais nos encontramos em outras condições para empreender análises.

A historicidade é a primeira das três noções que constituem o ponto de partida dessa reflexão. Não é de forma alguma suficiente definir a sociedade pelas normas e meios que garantem seu funcionamento. Além de funcionamento, a sociedade é também historicidade, isto é, além de se reproduzir ela é capaz de se produzir. Ela se modifica, é

certo, pela alteração das normas que presidem as relações sociais, devido à mudança da correlação de forças entre os atores, decorrente de modificações no ambiente. Mas a sociedade não é um organismo se reproduzindo imutável, que se modifica apenas para adaptar-se, transformando-se devido a eventos internos e externos. Além do funcionamento de suas atividades, a sociedade é capaz de representar-se, possui uma capacidade simbólica que constrói um sistema de conhecimento e instrumentos técnicos pelos quais intervém em seu funcionamento. Além de reconhecer que o funcionamento da sociedade é o resultado de sua ação, cujo equilíbrio e continuidade decorrem de mecanismos integradores e repressivos de controle social, é preciso insistir que a sociedade é também criação, produção de si mesma, capaz de definir e transformar o ambiente e sua relação com ele, construindo seu meio. Por força de sua capacidade simbólica, a humanidade interpõe um sentido entre uma situação e as condutas, um sistema de orientações. Sistema este que dá sentido ao conhecimento e ao investimento que operam as transformações das situações, do funcionamento. Essa capacidade simbólica é a de distanciar-se de suas atividades e orientar ações que determinam a prática social. É a historicidade. Ela se define por três elementos: o conhecimento, que cria um estado de relações entre a sociedade e seu ambiente; a acumulação, que retira uma parte (crescente) do produto disponível ao consumo para reinvestir; o modelo cultural, que dá sentido ao

conhecimento e à acumulação. Uma sociedade com maior historicidade, nesses termos, é a que possui maior capacidade de agir sobre si mesma.

A outra noção fundamental de que parte Touraine é a de sistema de ação histórica, o SAH. A ação social forma um sistema em que um conjunto de orientações comanda as condutas, que por sua vez determinam tais orientações. É prática e consciência do trabalho; trabalho e sentido. Um modelo cultural que imprime orientações à prática social e acumulação, que fornece os instrumentos de realização da historicidade. Não se trata, o modelo cultural, do primado das idéias. Ele não é um ideal de sociedade, ele se define como expressão do estado material do empreendimento da sociedade sobre si mesma. Assim é que a historicidade, enquanto sistema de orientações (SAH), empreende sobre a prática social. O SAH define um campo que inclui um modelo cultural em função do qual mobilizam-se recursos. Duas das dimensões do SAH são pares opostos e complementares. Primeiramente, encontram-se em tensão o movimento e a ordem, ambos necessariamente presentes, posto que a ação histórica não é apenas movimento, mas constitui uma ordem social. A cada configuração do sistema de ação histórica corresponde um tipo de sociedade. Ordem e movimento opõem-se e se complementam, tal como a distribuição e o consumo se opõem à produção. Outra tensão se dá entre as orientações e os recursos, uma vez que a sociedade faz parte da natureza mas

a cria também, intervindo sobre sua organização interna e em suas relações com o exterior. No cruzamento dos pares de oposição movimento/ordem e orientações/recursos encontra-se a oposição cultura/sociedade. O sistema de ação histórica é um modelo de sociedade, portanto cultura e formas sociais, formas que permitem passar de um modelo de criatividade (modelo cultural) a um modelo de consumo.

Como conjunto de orientações sócio-culturais (historicidade), o SAH comanda as práticas sociais e como tal constitui-se num sistema de oposições. Não deve ser confundido com uma unidade política ou territorial concreta, assim como não o fazemos quando falamos por exemplo da sociedade capitalista. Tanto quanto comanda a organização social, o SAH expressa um modo de atividade econômica. Seus elementos são: do lado do movimento, modelo cultural e mobilização; do lado da ordem, hierarquização e necessidades. A cada elemento corresponde um aspecto da economia, respectivamente: produção e organização (do trabalho), repartição e consumo. "Não explicar a sociedade senão pelo social vale dizer que a sociedade é uma sistema, não do mesmo tipo que um organismo não-humano, mas porque não há ruptura no movimento de ir e voltar que conduz da atividade à historicidade e desta à organização social" (Touraine, 1973:89).

Quanto maior a acumulação de uma sociedade, ou seja, a capacidade de reinvestir uma parte cada vez maior de seu produto, maior historicidade ela terá. Se a acumulação se situa ao nível da produção, se há grande produtividade, o modelo cultural corresponderá diretamente à produção. Os elementos do SAH correspondem termo a termo aos elementos da atividade econômica, mas tão só quando a sociedade possui elevada historicidade. Quando isso não ocorre o modelo cultural e a acumulação tendem mais aos aspectos da atividade econômica que estão ao lado da ordem. Entre os extremos da mais baixa e da mais elevada historicidade, no limite, a redução da sociedade a seu puro funcionamento e à pura produção de si mesma, encontram-se os tipos sociais. Não são sociedades globais, unidades territoriais, são configurações do SAH.

As sociedades programadas ou pós-industriais enquadram-se no tipo societal em que a acumulação diz respeito à capacidade de produzir a produção, trata-se do trabalho criador, do conhecimento. Aqui a maior importância está na educação e na pesquisa, na gestão dos sistemas de informação no sistema econômico. A correspondência do modelo cultural com o elemento produção do sistema econômico, é direta. Esse tipo de sociedade vê o movimento como capacidade de programar a mudança, a imagem da criatividade não se referencia a nada que seja extra-social, nenhuma

garantia meta-social da ordem, seja religiosa, estatal ou econômica. São as sociedades de economia mais avançada.

Nas sociedades industriais a acumulação se faz sobretudo no âmbito da organização do trabalho, modificando suas condições e sua divisão. A acumulação e o modelo cultural desse tipo de sociedade correspondem à organização. O modelo cultural já não toma mais a sociedade como criadora de sua própria superação, já que a sociedade se explica pelos fatos econômicos como princípios meta-sociais, como níveis de desenvolvimento das forças produtivas que impulsionam o progresso.

Uma outra configuração do SAH é a que faz corresponder a acumulação e o modelo cultural à distribuição. Nessa sociedade mercantil, o dinheiro, como principal meio de troca, é acumulado e não é investido na organização do trabalho, mas no mercado. O modelo cultural liga-se aqui a um princípio político e a imagem da criatividade está no Estado, que ordena as trocas e faz respeitar a ordem do mercado. A ação social transforma muito pouco as condições de produção e organização do trabalho.

O tipo societal de mais fraca historicidade, em que a sociedade intervém menos sobre si mesma, é a sociedade agrária. Nesse SAH a acumulação é muito baixa e o modelo cultural diz respeito ao elemento consumo do sistema

econômico. O princípio de ordem próprio desse modelo cultural é religioso, nem estatal nem econômico. A sociedade está muito distante de ter consciência de sua ação porque esta é pouco intensa e atinge apenas o que se poderia chamar de reprodução do trabalho e não os meios de sua criação.

A sociedade portanto, assim dividida entre produzir-se e reproduzir-se, entre movimento e ordem, entre historicidade e funcionamento, nos remete à observação dos atores no interior dessa divisão. Aqui então se coloca a terceira noção fundamental de que parte Touraine, as relações de classes. A acumulação é feita através da oposição de classes, já que uma classe superior opera a retirada da parte do produto que é destinada ao investimento e controla o modelo cultural em função do qual é feito esse investimento. Exercendo também uma coação sobre o conjunto da sociedade ao mobilizar recursos a serviço do modelo cultural de que se apropria, a classe superior se caracteriza como dirigente e dominante. Embora também participante do modelo cultural, a classe popular não o gere, ela se opõe ao controle que a classe superior pratica sobre as orientações do SAH, contestando-o e disputando esse controle, ao mesmo tempo defendendo-se da dominação. É assim que a classe popular se caracteriza por ser defensiva e contestadora. Essas características opostas e complementares das classes - dirigente e dominante, a classe superior e

defensiva e contestadora, a classe popular - formam a dupla dialética das classes sociais. No âmbito de uma análise sincrônica a oposição das classes se coloca como conflito. É importante frisar que as classes possuem algo em comum, falam a mesma linguagem, disputam o controle do que está em jogo, o sistema de orientações culturais e sociais da ação, o sistema de ação histórica. Mas as classes superior e popular somente participam da historicidade quando manifestam seus atributos respectivamente dirigentes e contestadores. Caso contrário elas participam apenas indiretamente, seu nível de ação é baixo, uma é mais dominante e a outra é mais defensiva, sendo que os intelectuais agem em seu nome.

Tanto as relações de classes, fundadas na acumulação, quanto o sistema de ação histórica, fundado no modelo cultural, compõem o campo de historicidade. A historicidade define a ação das classes enquanto a acumulação dá a ela um conteúdo econômico.

Ressalte-se que a noção de classes não é descritiva. Tal como se definem aqui as classes não estão diretamente identificadas a grupos concretos. Elas se definem por sua relação. Definidas como atores históricos, entretanto, as classes em oposição também vão se manifestar em outros níveis da sociedade que não o da historicidade.

Com efeito uma sociedade constitui um sistema de sistemas de ação, hierarquizados mas guardando cada um deles uma certa autonomia. Os níveis diferentes desses sistemas determinam gêneros de relações sociais também distinguíveis. Ao nível do campo de historicidade formado pelo SAH e as relações de classes, os atores travam relações de conflito, atravessadas pela dominação, em combate pela gestão da historicidade e das orientações sociais e culturais do SAH. Um outro é o nível da formação das decisões, o sistema institucional, em que os atores agem no interior de um conjunto de normas, concorrem pela tomada das decisões que fixam as normas e coações legítimas, travam relações de concorrência e buscam exercer influência. Num nível mais inferior encontra-se o sistema organizacional, os atores situam-se em conjuntos sociais limitados, geridos por uma autoridade central e as relações se fundam em papéis, na participação comum em normas e em uma ordem. Por um lado há reciprocidade de condutas de atores em posições complementares na aplicação de normas. De outro lado há a estratificação, níveis diversos de participação no consumo de bens e condutas valorizadas pela sociedade. No sistema organizacional as relações sociais têm na reciprocidade e na diferença os seus traços característicos.

Entre a historicidade e a organização temos portanto o sistema institucional, ou sistema político, subordinado ao campo de historicidade e orientando a organização social. O

sistema político já diz respeito a unidades sociais concretas, inclui o Estado como ator que unifica e ordena as interações no nível organizacional, que pode guardar maior ou menor autonomia conforme a capacidade de integração e/ou repressão demonstrada pelo sistema político. O sistema político realiza a passagem das orientações (movimento) à regulação (ordem), unifica, cristalizando e garantindo as orientações do SAH e a dominação social, estabelecendo o legítimo e o permitido, excluindo e condenando. O sistema político produz as decisões e as regras e embora estas possuam um caráter positivo e não dialético, transcrevem a unidade e a diversidade de um campo de historicidade, não correspondem à submissão total da organização social à dominação da classe dirigente.

A noção de instituição aqui é reinterpretada e, diferentemente da análise funcionalista, trata do conjunto de mecanismos que transformam um campo de historicidade em regras da vida social, as quais determinam o funcionamento das organizações. As instituições portanto são políticas. Não se trata de centros de preservação e difusão de valores culturais a partir dos quais fixam-se normas sociais, confundindo por exemplo a família, a igreja, o judiciário etc.

O sistema político envolve negociação simultaneamente à dominação social, coação e legitimação. As forças

políticas são os atores desse sistema. apesar de não serem independentes das classes sociais, elas se definem em relação ao campo político. As leis manifestam a presença da dominação de classe, mas também a influência de diversos grupos de interesse ou forças políticas. Há portanto uma dimensão de unidade e outra de pluralidade nesse sistema. O Estado, especialmente como poder executivo, constitui-se em agente de gestão da sociedade, intervindo ao nível da organização social como administração e ao nível do campo de historicidade - relações de classes e SAH - como sistema de representação.

Mesmo distinguindo com clareza o sistema político do sistema organizacional é preciso entender que um penetra o outro, transcrevendo em termos de organização social o campo de historicidade. A autonomia do sistema político não decorre de ele ser um poder soberano, mas do fato de sua unidade e pluralidade se combinarem e se equilibrarem relativamente.

No sistema organizacional superpõem-se tanto os níveis dos sistemas acima definidos quanto os traços mais ou menos persistentes dos tipos sociais anteriores. Assim é que a heterogeneidade é característica desse nível de análise. Por esse motivo, falar de sociedade não pode significar falar de uma coletividade sócio-política concreta, uma vez que seria impossível isolar os mecanismos

fundamentais da sociedade. é o Estado que em sua atividade realiza a unificação do campo de historicidade, do sistema institucional e da coletividade territorial. Mas esta última não corresponde inteiramente a um conjunto societal, não é um sistema, um conjunto coerente. Pois que embora haja a dominação social é o SAH que comanda a natureza desta dominação e das relações de classes. Além disso, as classes populares são dominadas, mas não totalmente, porque participam também da historicidade. E o sistema político, assim como o sistema organizacional, possuem autonomia, embora dependam do sistema de ação histórica.

O que Touraine chama de organizações, na tradição funcionalista tem sido nomeado instituições. Para evitar confundir é preciso que se entendam as instituições como as formas juridicamente reguladas de tomada de decisões legítimas e, por organizações, as unidades coletivas que colocam meios a serviço de fins específicos, exercendo funções legítimas e sendo geridas por um modo de autoridade própria. O que frequentemente é chamado de organizações populares fica designado pelo termo associações. No âmbito de uma organização um poder é exercido para a gestão de recursos e a perseguição de fins. Uma escola, uma empresa ou um hospital exercem entretanto um poder inseparável da dominação de classe, legitimada pelo sistema político, no quadro de um sistema de ação histórica, com seus elementos de mobilização e hierarquização. Atingir fins socialmente

legítimos está associado a atingir fins de dominação. Ao mesmo tempo em que se produzem bens produz-se lucro, ao mesmo tempo em que se diplomam alunos produz-se desigualdade. Portanto, toda organização associa poder e recursos, dominação de classe e trabalho. O poder definindo os objetivos e as normas da organização. Mas além disso toda organização mantém relações internas e externas, procurando manter um equilíbrio que compatibilize sua integração (normas) com a perseguição de seus objetivos. Embora dependa de limites técnicos e objetivos sociais ela tem autonomia para estabelecer suas normas internas e suas relações com o ambiente. Uma ruptura em um dos eixos que estruturam a organização, sobretudo o que liga o interior e o exterior, configura uma crise. A organização, bem como o sistema organizacional, estão sempre sujeitos a crises.

Mesmo considerando a autonomia que as organizações têm para estabelecer suas normas internas e suas relações com o ambiente, a prática social não deriva das determinações das organizações particulares. Como contraponto à análise presa às organizações temos que as categorias da prática social encontram sua unidade na ideologia da classe dominante. Esta, mais do que expressar uma concepção de mundo que se impõe como conjunto predominante de idéias, manifesta-se concretamente nas formas de organização social e cultural de uma coletividade. Não obstante, essa dominação social só é completa quando a

classe dominante reduz a historicidade a seus interesses e hegemoniza o sistema político (o caso de formas extremas de colonialismo). A prática social não pode ser compreendida nem como reduzida a uma ideologia da classe dominante, nem fazendo-se abstração da dominação de classe.

Como se pode observar do que já foi exposto, esta vertente de análise não toma a sociedade como uma organização. Partindo de sua historicidade e da sua transformação em sistema de ação histórica, identifica-o como objeto de disputa das relações de classes e atinge o nível das coletividades concretas abordando o sistema político nos marcos de uma unidade territorial e as organizações, delimitadas precisamente, portadoras de autonomia e modos de autoridade próprios. Entretanto as relações de classes não se caracterizam pela simetria, mas pela dominação da classe dirigente que atravessa toda a sociedade. Antes de ser um sistema simples, a sociedade tem a complexidade de um sistema de sistemas. Mas sistemas de ação social, hierarquizados e autônomos. Comandados pelo campo de historicidade entendido como conjunto de orientações, o sistema político aparece como campo de formação das decisões, das normas gerais e dos fins que se impõem às organizações. Por sua vez, o sistema organizacional gere um conjunto de meios, de relações internas e externas, em função de tais objetivos.

Analiticamente as condutas coletivas vão ser definidas conforme digam respeito a tal ou qual sistema de ação, a tal ou qual nível da sociedade. Nesse sentido é que se distinguem a resistência à autoridade, no nível das organizações, as pressões institucionais, no nível do sistema político e os conflitos de classes, no nível do campo de historicidade. Disputando o controle do SAH, as classes sociais são os atores da historicidade de uma sociedade, elas e as forças que delas derivam constituem o que pode ser definido como movimentos sociais. Não há dúvida de que praticamente o conflito de classes não se manifesta de forma pura, separado nitidamente de características de condutas coletivas referentes a crises organizacionais ou pressões sobre o sistema político. Contudo, para que se possa operar proveitosamente com esses conceitos é preciso distingui-los bem no plano da análise.

Os membros de uma organização encontram-se tanto em seu interior quanto diante dela. Os insucessos da prática da organização e suas incompatibilidades com as alterações do ambiente denotam uma situação de crise e nesse caso o ator tem um comportamento ambíguo. Ele se confronta à organização, à sua autoridade, reconhecendo arbitrariedades ou injustiças, mas em nome dos fins legítimos a ela atribuídos. É em nome desses fins que o ator luta contra a crise e seus efeitos desequilibradores. Portanto, a tendência das condutas coletivas que expressam

reivindicações organizacionais é a de recuperação de uma situação de equilíbrio. Podem haver, entretanto, casos em que essas reivindicações ultrapassam o nível da organização social e passam a pôr em questão o poder do qual derivam seus modos de autoridade e a definição de seus fins. Mas em geral as condutas referidas à crise organizacional se caracterizam pela restauração do equilíbrio, quando não pela anomia ou pela modernização, que opera uma adaptação às mudanças do meio.

Sendo o sistema político o lugar onde se produzem as decisões que definem o quadro de ações das organizações, as condutas que a ele se referem têm seu traço distintivo na procura do exercício da influência sobre as decisões. Mas nesse campo as decisões e as negociações têm limites que são reconhecidos pelos atores. Além desse reconhecimento os atores sociais enquanto forças políticas buscam melhorar sua própria posição relativa para o exercício de influência. Outra característica é a complexidade das estratégias elaboradas pelo ator, dado que seus interesses são diferenciados dos problemas próprios do sistema político. Finalmente, sua ação sempre se encaminha no sentido da tomada de uma decisão.

A pressão sobre o sistema institucional pode pretender o seu desbloqueio para dar lugar a uma participação nas negociações e decisões, como pode dirigir-

se contra a hegemonia da classe dominante sobre o sistema institucional. Pode mesmo ser conduzida por estratos inferiores da classe superior quando se sentem ameaçados ou preteridos. É preciso ter claro que há condutas coletivas que reagem ao fechamento do sistema político e que não colocam em questão a dominação do SAH e assim não podem ser confundidas com movimentos sociais.

Um movimento social coloca em causa a dominação da classe dirigente, além de manifestar reivindicações organizacionais e pressões políticas. E não se define apenas pela oposição que faz a esse contra-movimento da classe dirigente. Define-se também pelo campo em que esses adversários combatem. Por se tratar de algo além da questão das normas de funcionamento ou dos processos de discussão e de decisão, esse campo de batalha, o campo de historicidade, define o movimento social com o caráter de um conflito social geral. A historicidade da sociedade pós-industrial apresenta como traços básicos o papel desempenhado pela inovação científica e tecnológica, pelas organizações que gerem a mudança, pela hierarquia social baseada no conhecimento e pela privatização do consumo. Nessa sociedade é para esse tipo de historicidade que se orienta o movimento social. Sobre esses aspectos um movimento social popular e uma classe dirigente confrontam versões opostas, seus debates conflitam em torno da criatividade, da mudança, do conhecimento, das funções e usos de tecnologias e, para cada

um, o adversário se apropria e destrói as orientações fundamentais do sistema de ação histórica.

Ator de um campo de historicidade, um movimento social combina um princípio de identidade, um princípio de oposição e um princípio de totalidade. O conflito constitui e organiza o ator, sua identidade, a definição que faz de si, como uma separação de um grupo ou categoria particular. Pelo princípio de identidade os operários de uma fábrica ou de uma cidade, por exemplo, podem igualmente considerar-se engajados em uma luta que transcende aqueles limites, colocando demandas que o quadro organizacional ou político não podem satisfazer.

O mesmo conflito torna o princípio de identidade indissociável da definição do adversário (princípio de oposição) e do que está em jogo na luta, o campo de disputa (princípio de totalidade). As negociações do conflito não o esgotam completamente, seu tratamento ao nível institucional não o faz desaparecer. O princípio de totalidade é o sistema de ação histórica, em torno dele um par de movimentos sociais opõe as classes sociais em presença. Mas aqui não se trata de grupos sociais concretos. Pouca vezes pode-se observar movimentos concretos como movimentos sociais totais, de maneira que seus agentes frequentemente não se definem em termos de classes. É o caso típico do movimento estudantil, de lutas regionais e de outras setorializadas

geográfica ou tematicamente. Os atores de classes não são agentes concretos e o movimento social quase sempre se mistura a reivindicações organizacionais e pressões políticas. Mas mesmo quando se manifesta parcial ou localmente, o movimento social sempre se remete a um princípio de totalidade.

Esse conjunto de três princípios não pode ser analisado separadamente. O movimento social opõe classes ou forças sociais que lutam pelo controle de um sistema de ação histórica. A natureza do ator de classe depende disso. Numa sociedade pré-industrial não poderíamos encontrar o equivalente do movimento operário (movimento social da sociedade industrial) uma vez que os atores, tanto quanto o sistema de ação histórica que está em jogo, são outros. Isso precisa ser considerado também em relação à sociedade pós-industrial.

Não se pode confundir um movimento social com sua organização ou seus dirigentes e, sobretudo, deve-se afastar a concepção de que há uma consciência que vem de fora. Consciência e ação são inseparáveis. A classe popular pode ter uma consciência mais defensiva ou mais contestadora e a classe superior pode ter uma consciência mais dirigente ou mais dominante. Compatível com essas características será a ação das classes e portanto os movimentos sociais. Essa consciência dos atores históricos se reparte em duas

dimensões, a da utopia e a da ideologia. A utopia designa a identificação do ator com a historicidade, seja uma classe dirigente que, identificando sua ação com o progresso da civilização, crê encarnar o interesse geral e a melhoria da coletividade; seja uma classe popular, que crê conduzir o processo que culmina com uma sociedade sem classes e racional. A ideologia faz com que o ator assimile a historicidade a seus interesses e à sua organização, opondo diretamente os atores de classe. Uma representação da relação social e uma ação de ataque compõem a ideologia. Por um lado uma classe dirigente afirma a si mesma como elite necessária para impulsionar a acumulação e por outro lado uma classe popular ataca a classe superior e a dominação que impõe uma ordem social. Esses atores sociais sempre travam um diálogo conflituoso, um debate.

Mas é na relação entre os atores que se explicam sua ação e sua consciência. Nesta última não podemos querer encontrar algo além do ponto de vista do ator. O sentido da ação não se manifesta nem prioritária nem exclusivamente em suas expressões ideológicas e utópicas. Para analisar o nível de projeto de um movimento social é preciso não partir ou se bastar na análise da subjetividade do ator, mas fixar-se a atenção nas relações sociais, já que o projeto define um campo de ação e é tão mais elevado quanto é menos reflexivo. A identificação do projeto, antes de resultar da comparação entre discursos e condutas, procura verificar se

e como cada orientação do ator remete a outras, como por exemplo a defesa de uma categoria profissional se liga ao ataque ao patronato e ao modelo de desenvolvimento. O projeto de um movimento social coloca em causa todas as formas de controle social, não se restringindo a condutas organizacionais, já situadas em um conjunto controlado, elas mesmas denotando uma ordem estabelecida. Nem tampouco a condutas institucionais, que se dão num campo limitado espacialmente e unificado pelo poder. O fato de o ator social e suas condutas se definirem por sua relação de oposição com o outro ator de classe na luta pelo controle das orientações mais gerais da sociedade, ao mesmo tempo que não admite a definição do ator por sua consciência, leva-nos a rejeitar que essa definição decorra de sua situação, posição relativa numa escala, status, papéis ou potencial de influência em processos decisórios. O movimento social não é uma resposta a uma situação.

Embora o projeto de um movimento social possa ser de três níveis, não é o nível do projeto que confere maior ou menor importância ao movimento mas a centralidade das questões sociais que aborda. Distingue-se um primeiro nível, o mais baixo, quando os elementos identidade, oposição e totalidade não se ligam, quando não está clara a natureza da oposição e do que está em jogo na luta. Num segundo nível, os elementos do movimento social se agrupam, mas aos pares: identidade e oposição, identidade e totalidade, oposição e

totalidade. O exemplo que Touraine dá de um baixo nível de projeto mostra a fraca interdependência dos elementos: estudantes combatendo "os monopólios", tendo em vista uma sociedade auto-gestionária, de espontaneidade e criatividade individual e coletiva. O nível mais elevado de projeto significa uma grande integração entre os três elementos, uma distinção clara de si mesmo para o movimento social, de seu opositor e da totalidade, ou seja, das orientações do sistema de ação histórica das quais se disputa o controle. O que não deve ser confundido nem com uma doutrina nem com um agrupamento ou força política altamente integrados, porque o que se analisam são as mobilizações sociais efetivas, as relações sociais. Essas são alguma das várias distinções analíticas, que não estão dadas diretamente à observação. Empiricamente, o ator apresenta condutas desmembradas e relativas a níveis diversos, enquanto uma ideologia procura unificá-las de modo positivo, não refletindo a dialética da relação conflitual. Portanto sua consciência não dá o sentido real de sua ação: "jamais a história apresenta o combate do santo com o dragão". E somente a análise pode compor e avaliar, em sua complexidade, os esforços de articulação dos elementos da ação histórica que de imediato não formam um conjunto.

Uma visão dos movimentos sociais como a que vem de ser exposta aqui só pode considerá-los como instrumentos da historicidade da sociedade, sendo esta produto de um sistema

de ação histórica atravessado pelo conflito, pela dominação e pela contestação. Dessa maneira, as sociedades que exibem maior historicidade, que se modificam com uma velocidade crescente, são o campo em que a dominação de novas classes dirigentes é mais contestada por novos movimentos, rejeitando a ordem social por ela assegurada. Assim, essas sociedades reproduzem a si mesmas com cada vez maior intensidade.

As sociedades reais não são apenas agências de historicidade, elas têm seu funcionamento. Não apenas se produzem a si mesmas, mas também se reproduzem. A mudança social se explica sem recurso às três noções fundamentais de que parte esta análise: historicidade, sistema de ação histórica e relações de classes. Além de serem a realização de orientações culturais e conflitos sociais em instituições e organizações, as sociedades concretas são o lugar da dominação e da heterogeneidade, mistura de passado e de presente. Não são apenas movimento, são também ordem e mais ainda, transformam o movimento em ordem. Não são unidades sociológicas, mas unidades históricas que se modificam, que passam de um campo de historicidade (e uma ordem social) a outro.

Uma sociedade pode mudar por um processo de modificação. Quando é muito fraca a sua historicidade ela se reproduz mais do que se produz, de sorte que as suas

alterações se reduzem a efeitos de eventos desestabilizadores vindos do exterior, como são as guerras, as conquistas, a colonização etc. Essa modificação diz respeito não só a esse tipo de sociedade, ela caracteriza também o tipo de mudança que ocorre ao nível organizacional de toda sociedade. Nesse nível, as trocas e as forças produtivas admitem quantificação e mensuração. De maneira muito limitada, a passagem de um SAH a outro pode ser entendida como um aumento da produtividade, uma elevação do nível de desenvolvimento das forças produtivas e uma ampliação das trocas.

Será um processo de adaptação aquele que se verificar ao nível político. Devido à autonomia desse sistema e apesar dos limites que lhe impõem o campo de historicidade e a dominação de classe - o pluralismo das forças que aí atuam faz com que a mudança de posição de um ator obrigue a uma reorganização do campo. A mudança nesse caso se dá por adaptação, pelo aperfeiçoamento do controle das relações.

Outra qualidade de mudança é a que se refere ao campo de historicidade, trata-se da mutação. A mudança é nitidamente um processo interno, diretamente ligado à capacidade de ação da sociedade sobre si, à capacidade de investimento e à natureza das relações sociais e políticas, vale dizer, capacidade de inovação. A mutação de um campo de historicidade não exige necessariamente uma ruptura

política. O que importa na questão da mudança social é não analisar as modificações, adaptações e mutações de uma dada sociedade separadamente, o que quer dizer que os três níveis autônomos e hierarquizados a que elas correspondem devem ser assim considerados.

Apesar de os conflitos não serem separáveis da mudança, eles não constituem os processos de mudança, posto que dizem respeito a um campo de historicidade e por conseqüência a um tipo de sociedade. A mudança, superando um tipo societal, supera simultaneamente os conflitos próprios deste.

O campo de historicidade é também atravessado pela oposição entre abertura e fechamento. A classe dirigente não detém o controle total do SAH e sua dominação não é absoluta. Uma sociedade com forte historicidade tem uma classe superior mais dirigente que dominante e as rápidas transformações por que passa favorecem o surgimento de movimentos sociais. Nessas condições fala-se de movimentos de desenvolvimento, movimentos sociais com projetos positivos de mudança. Em uma situação de fechamento a classe superior é mais dominante que dirigente, o sistema político é hegemonizado por ela e fica bloqueado, a repressão e o controle social se intensificam. Os movimentos que fazem frente a essa dominação não são movimentos sociais, são ações críticas, que atacam a dominação cristalizada na ordem

social e na hegemonia política. Ações críticas e movimentos de desenvolvimento são movimentos históricos, mas como os movimentos sociais correspondem sempre a um campo de historicidade eles não podem explicar a a passagem de um SAH a outro. A mudança societal somente pode se explicar por movimentos que respondem à dependência e à exclusão, ao fechamento das relações de classe e, pois, do sistema político e das organizações.

O fechamento do campo de historicidade leva a sociedade do conflito à contradição. Trata-se aqui de condutas chamadas ações críticas revolucionárias. O fechamento separa totalmente os incluídos dos excluídos, bloqueio e crise fazem com que as relações conflitivas entre as classes, marcadas pela disputa de algo em comum, tornem-se relações contraditórias. Os excluídos ficam em contradição com as normas, os regulamentos e as leis. Não há mais linguagem comum e as relações sociais deixam lugar a relações inter-sociais. A dupla dialética das classes sociais é substituída pela oposição entre participantes e excluídos. A identidade destes assume as características de uma consciência de exclusão e uma consciência comunitária. O ator se define então tanto pela privação da ação (excluídos) quanto por valores sociais e culturais, não mais pelas relações sociais. Quanto ao princípio de oposição, o adversário não é mais identificado como um antagonista, o oponente é a ordem social excludente. Já o princípio de

totalidade deixa de ser o que está em jogo nas relações sociais e se desloca, ou para o passado quando se procura recuperar atividades e a organização anterior - o que se observa em situações coloniais e na introdução do capitalismo em sociedades pré-capitalistas - ou para o futuro, quando a crise e a dominação provocam o apelo às forças de produção e à criatividade humana. Mas nesse caso, sendo o ator dividido entre a exclusão e a resistência comunitária, necessita de um agente revolucionário externo, o movimento é mais heterônomo, dado que a sua marca é a exclusão. A ação crítica revolucionária é um agente de mudança, transformando em força oposta à dominação aquilo que a ideologia dominante classifica como ilegalidade, desvio ou marginalidade, enquanto o movimento social é um elemento da dinâmica interna da sociedade, evidenciando os conflitos pelo controle da historicidade.

O entendimento da sociedade como movimento e ordem permite superar as dificuldades da análises correntes da mudança social. Estas se debatem ora entre uma visão da mudança como evolução - seja como desígnio da Providência seja como intensificação da forças de produção -que caminha triunfando sobre obstáculos irracionais; ora como uma visão que parte do funcionamento de uma sociedade que mantém seu equilíbrio por um sistema de valores e instituições de controle e socialização, sendo a mudança explicada pela atuação de forças externas (mercado, guerra, conquista...).

Mas, entendida a sociedade como movimento e ordem, temos que a historicidade se transforma em ordem, em definições do legal e do ilegal, do que deve ser excluído. E os excluídos podem desorganizar-se, fechar-se em guetos ou romper com a ordem estabelecida. Temos também que a ação histórica produz tensões na ordem estabelecida e estas atravessam as instituições e atingem o campo de historicidade. Por estas inovações os movimentos sociais se reforçam, mas caminham para sua institucionalização ou permanecem num estado de protesto permanente. Pelas ações críticas provocam-se rupturas com uma ordem fechada pela repressão e pelo poder. Quanto mais homogênea é a sociedade, mais as formas sociais antigas são destruídas pelas novas e a mudança por inovação se destaca. Quanto mais heterogênea ela for, mais intensos serão os dualismos e portanto o lugar ocupado pela ruptura será central no processo de mudança. De todos os modos os movimentos sociais dizem respeito diretamente à inovação, tanto quanto sua luta contra a dominação leva às ações críticas, às rupturas.

Essas contribuições de Touraine distanciam-se tanto de uma imagem da sociedade reduzida a um sistema de trocas internas e externas, quanto de um sistema procurando adaptar-se, manter-se em funcionamento, reproduzir-se. Descarta-se assim qualquer apelo a um sentido de história, bem como a uma abordagem que se restrinja aos processos de mudança. As sociedades atuais agem mais profundamente sobre

si mesmas, seja pelo crescimento econômico, seja pela revolução social. Cada vez mais se demonstram como uma prática e uma consciência da produção do trabalho, evidenciando-se como trabalho e sentido. O ser social se identifica à ação e Touraine se esforça por indicar as características específicas desse ser e não responder como ele atingirá o seu fim, à maneira de uma filosofia da história. Constrói um sistema que articula um instrumental teórico à altura de compreender as condutas sociais no que estas têm de específico, estarem orientadas para fins, nos marcos de um conceito de sociedade que a esta restitui o poder de constituir e transformar suas ações sociais e culturais. Essa capacidade da sociedade de agir sobre si se manifesta no confronto dos movimentos sociais e nas políticas de mudança social. Esse reconhecimento permitiu a Touraine atingir seus propósitos de colocar o sociólogo em condições de empreender análises, atravessar as zonas claras e controladas da sociedade para encontrar nas áreas escuras e encobertas pela dominação as condutas pelas quais a sociedade se produz e se transforma.

Sempre situada nas relações sociais, a análise se sustenta nos pares de oposição complementares, como a ordem e o movimento, o passado e o futuro, a classe superior e a classe popular. Não se fixa numa sociologia das funções, que enfatiza os papéis definidos em normas de atividades sociais específicas; nem numa sociologia das decisões, que enfatiza

as relações de influência, verificando as capacidades de modificação do comportamento de um ator por outro; nem numa sociologia dos controles, que traz ao primeiro plano a alienação e as condutas do ator dominado derivadas das imposições das instituições e da socialização a serviço da ordem dominante. Sem recusar os aportes dessas vertentes, a sociologia da ação as considera e articula, insistindo nas relações estruturais de conflito em torno do controle da capacidade da sociedade se transformar por seu trabalho. Mas essa integração dos diversos aspectos da sociedade, privilegiados pelas opções de análise, é ao mesmo tempo crítica das características dessas opções quando se afastam da análise das relações e se cristalizam em ideologias.

Mas além de fazer a crítica de um funcionalismo que se prende a valores, normas e papéis - uma visão de sociedade enquanto organização, ordem - Além de negar à sociologia das decisões o direito de reduzir a sociedade a um mercado político e de recusar a identificação da sociedade a uma ordem dominante fechada e total, em que o ator dominado se encerra em sua alienação, as contribuições de Touraine avançam no sentido de não se bastar a uma visão de sociedade que opta entre atores e sistema. Não constrói um "sistema sem atores", nem se move no cenário dos "atores sem sistema". Articula atores e processos sociais para dar conta de uma precisa definição de movimentos sociais, chave central para a compreensão da sociedade sem sair das

relações sociais. São novos recursos interpretativos para problemas incompreensíveis com conceitos antigos, correspondentes a tipos societários que, embora persistentes, encontram-se em desagregação, engolfados na dinâmica de uma sociedade que age intensamente sobre si. Eis a herança que nos legou Touraine, sua importância vai muito além do que pode nos dizer a metade da vida que ele dedicou a esses esforços

São Paulo, agosto de 1989.